

Produção nacional

1930 será um ano decisivo para a nossa indústria cinematográfica.

Crêmos que no ano corrente ficarão plenamente demonstradas três coisas até agora consideradas utopia:

— a possibilidade de se trabalhar, embora com os fracos recursos materiais de que dispomos;

— a presença de espíritos competentes em matéria de realização cinegráfrica;

— a existência de valores aproveitáveis para defrontarem a objectiva das câmaras de filmar.

Não falamos dos operadores, porque êsses, até hoje, já deram provas da sua competência e habilidade.

Também não bulimos nas empresas produtoras, porque essas parecem estar animadas por sópro vital e querem sair da letargia, galvanizando actividades em modorra.

Pretendemos apenas acentuar o facto de que 1930 é o ano de maior bulício em matéria filmica nacional.

Chianca de Garcia, com a película *Vêr e Amar*, louvável tentativa que falkou pela base; António Leitão, com a *Castelã das Berlengas*, a primeira afirmação de equilíbrio e conhecimentos da Sétima Arte; Rino Lupo com José do Telhado, sucessão de quadros a que chama um filme; Leitão de Barros com o belo documentário episódico *Lisboa*, e o filme interpretativo *Maria do Mar*; finalmente, *Brum do Canto*, com *A Dança dos paroxismos*, que — sinceramente — julgamos ser uma esplêndida transposição visual (no género, é claro) — eis, sem falar em *João de Sá*, que no documentário *Alfama* alcançou um triunfo, as figuras que se encontram á testa da cinematografia nacional.

E' dêles que há de sair a última resposta á nossa pergunta; a última afirmação, que destruirá a nossa confiança ou alimentará uma suave quimera.

1930 é decisivo para todos nós.

Mas lembremo-nos que não é só o valor individual que está em jogo; acima de tudo cumpre tirar o ferrete da impotência á pátria portuguesa.

Urge afirmar ao mundo civilizado que também podemos e sabemos fazer cinema.